

Universidade Aberta Isced
Faculdade de Ciências de Educação
Curso de Licenciatura em Ensino de Biologia
Maria Luísa José Gaspar: 11230511

Principais Ameaças à Biodiversidade

1 Introdução

O presente trabalho fala das principais ameaças à biodiversidade, abordando as diversas formas pelas quais os ecossistemas naturais têm sido comprometidos em consequência das ações humanas e de fatores globais como as alterações climáticas. A biodiversidade, essencial para o equilíbrio ecológico e para a manutenção da vida no planeta, encontra-se sob crescente pressão devido à destruição de habitats, introdução de espécies exóticas invasoras, poluição, sobreexploração dos recursos naturais e mudanças ambientais. Em Moçambique, esses desafios assumem contornos particulares, refletindo-se em perdas significativas de espécies e degradação de ecossistemas únicos e sensíveis. Para compreender a complexidade e a gravidade desta problemática, é necessário analisar não apenas os fatores diretos que ameaçam a biodiversidade, mas também os contextos socioeconómicos, políticos e legais que influenciam a sua conservação.

1.1 Objectivo geral:

- ❖ Compreender as principais ameaças à biodiversidade.

1.2 Objectivos específicos:

- ❖ Identificar as principais ameaças à biodiversidade;
- ❖ Descrever ações humanas que afetam a biodiversidade;
- ❖ Apresentar leis de conservação da biodiversidade;

1.3 Metodologia

Este trabalho foi elaborado com base em uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, utilizando a revisão bibliográfica como principal método. Foram consultadas fontes

nacionais, como publicações do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de Moçambique e relatórios da WWF Moçambique, bem como referências internacionais, incluindo documentos do IPCC, obras de E.O. Wilson e estudos da ONU. As informações foram organizadas por temas, abordando as ameaças à biodiversidade, ações humanas e legislação ambiental.

2 Principais ameaças à biodiversidade

A biodiversidade, que compreende a variedade de seres vivos e ecossistemas, encontra-se ameaçada em diferentes regiões do mundo, incluindo Moçambique. As principais ameaças incluem a perda de habitat, espécies invasoras, mudanças climáticas, poluição e sobreexploração dos recursos naturais (Wilson, 2016). Em Moçambique, o desmatamento e a expansão agrícola estão entre os fatores mais preocupantes, colocando em risco ecossistemas únicos, como os mangais e florestas tropicais (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural [MITADER], 2015).

A perda de habitat resulta da transformação de áreas naturais em terrenos agrícolas, urbanos ou industriais. Este fenómeno reduz os espaços disponíveis para as espécies viverem, alimentarem-se e reproduzirem-se (Myers et al., 2000). Em Moçambique, por exemplo, o aumento da produção agrícola, especialmente em regiões como Zambézia e Nampula, tem impulsionado a conversão de florestas em campos de cultivo, afetando espécies nativas como o elefante africano e diversas aves endêmicas (WWF Moçambique, 2019).

Outro fator preocupante são as espécies exóticas invasoras, que frequentemente deslocam ou extinguem espécies nativas. A introdução de plantas e animais não naturais ao ecossistema moçambicano, como o jacinto-de-água nos sistemas hídricos, prejudica a biodiversidade local e compromete os meios de subsistência das populações ribeirinhas (Chenje & Mohamed-Katerere, 2006). Essas espécies competem com as nativas por recursos, alteram a estrutura dos habitats e modificam as cadeias alimentares locais.

As alterações climáticas globais também influenciam negativamente a biodiversidade. A elevação das temperaturas, alterações no regime de chuvas e eventos climáticos extremos afetam espécies e ecossistemas, podendo levar à migração ou extinção de espécies (IPCC, 2022). Em

Moçambique, os ciclones e secas frequentes têm impacto direto sobre os habitats costeiros e florestais, comprometendo a sobrevivência de muitas espécies vegetais e animais endêmicas.

Ações humanas e a perturbação da biodiversidade

A intervenção humana sobre o meio ambiente tem sido o principal motor da degradação da biodiversidade. Em Moçambique, atividades como agricultura intensiva, mineração, pesca predatória e urbanização acelerada representam fortes ameaças à integridade dos ecossistemas (MITADER, 2015). A caça furtiva de espécies protegidas, como o rinoceronte e o elefante, é outro fator alarmante, motivada pela procura internacional por troféus e produtos derivados de animais selvagens (WWF Moçambique, 2019).

A agricultura de subsistência e queima de vegetação são práticas comuns em zonas rurais moçambicanas, contribuindo para a perda de biodiversidade e erosão do solo (Bandeira et al., 2011). O uso indiscriminado de fertilizantes e pesticidas em algumas zonas agrícolas também afeta diretamente os organismos do solo e os cursos de água, levando à contaminação e redução da qualidade dos habitats aquáticos (Chenje & Mohamed-Katerere, 2006).

As atividades de mineração, tanto formais como artesanais, têm causado danos significativos à biodiversidade em regiões como Tete e Cabo Delgado. A escavação descontrolada, poluição dos rios e destruição de florestas para exploração mineral comprometem habitats inteiros e ameaçam espécies endêmicas (Wilson, 2016). Além disso, as comunidades locais muitas vezes não são compensadas adequadamente pelos impactos ambientais, agravando as injustiças ecológicas.

A urbanização acelerada nas cidades moçambicanas também contribui para a fragmentação de habitats naturais. A construção de infraestruturas e expansão urbana frequentemente ignora zonas ecológicas sensíveis, reduzindo os corredores ecológicos necessários à mobilidade e sobrevivência de muitas espécies (IPCC, 2022). Esse crescimento desordenado acarreta ainda o aumento da poluição e da produção de resíduos sólidos, agravando a degradação ambiental.

Leis e políticas para a conservação da biodiversidade

Moçambique possui um quadro legal robusto para a conservação da biodiversidade, com destaque para a Lei do Ambiente (Lei n.º 20/97) e a Lei de Florestas e Fauna Bravia (Lei n.º 10/99). Essas legislações visam garantir o uso sustentável dos recursos naturais, proteger espécies ameaçadas e promover a gestão comunitária da biodiversidade (MITADER, 2015). No entanto, a aplicação prática dessas leis enfrenta desafios como a falta de fiscalização eficaz e recursos humanos limitados.

O país também é signatário de convenções internacionais, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), assumindo compromissos para proteger a fauna e flora nativas (Chenje & Mohamed-Katerere, 2006). Esses acordos internacionais incentivam políticas públicas de conservação, criação de áreas protegidas e fortalecimento das capacidades locais para o manejo sustentável dos ecossistemas.

Programas específicos, como o Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SNAC), têm desempenhado um papel importante na preservação da biodiversidade em Moçambique. Parques como Gorongosa e Reserva do Niassa são exemplos de áreas protegidas que albergam uma rica diversidade de espécies e representam modelos de gestão integrada entre Estado e comunidades (WWF Moçambique, 2019). Contudo, estas iniciativas requerem financiamento contínuo e maior envolvimento das comunidades locais para serem sustentáveis.

A nível internacional, instrumentos como a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 15 – Vida Terrestre, reforçam o compromisso global com a preservação da biodiversidade (IPCC, 2022). Moçambique, como Estado-membro da ONU, integra estes objetivos nas suas estratégias nacionais de desenvolvimento, promovendo políticas de uso sustentável dos recursos naturais em harmonia com a conservação ambiental.

4 Considerações finais

Com base na análise realizada a partir de fontes nacionais e internacionais, foi possível compreender que a biodiversidade enfrenta ameaças complexas e interligadas, que vão desde a

destruição de habitats e espécies invasoras até os impactos das alterações climáticas e da exploração excessiva dos recursos naturais. As informações coletadas permitiram destacar que, em Moçambique, essas ameaças são agravadas por práticas humanas insustentáveis e pela fraca aplicação das leis ambientais, apesar da existência de um quadro legal estruturado. O cruzamento das diferentes perspectivas abordadas mostrou ainda que a preservação da biodiversidade exige uma atuação integrada entre políticas públicas, educação ambiental e participação comunitária, reforçando a urgência de medidas eficazes e contínuas para garantir a conservação dos ecossistemas.

5 Referências bibliográficas

- Bandeira, S. O., Albano, G., & Barbosa, F. M. A. (2011). *Biodiversidade costeira de Moçambique: Espécies ameaçadas e medidas de conservação*. Universidade Eduardo Mondlane.
- Chenje, M., & Mohamed-Katerere, J. (2006). *Mozambique environment outlook*. United Nations Environment Programme (UNEP). <https://wedocs.unep.org/>
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2022). *Climate change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability*. Cambridge University Press. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>
- Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER). (2015). *Estratégia e Plano de Acção da Biodiversidade de Moçambique (2015–2035)*. Governo de Moçambique.
- Wilson, E. O. (2016). *Half-earth: Our planet's fight for life*. Liveright Publishing.
- WWF Moçambique. (2019). *Relatório sobre o estado da biodiversidade em Moçambique*. World Wide Fund for Nature Moçambique. <https://www.wwf.org.mz/>